

CONTRIBUIÇÕES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA (UNIR) AO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

CONTRIBUTIONS OF THE FEDERAL UNIVERSITY OF RONDÔNIA (UNIR) TO REGIONAL DEVELOPMENT

Eliane de Araujo Teixeira ¹

Antônio Carlos Maciel ²

Claudinei Frutuoso ³

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar a contribuição da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) para o desenvolvimento regional, com ênfase na formação de professores leigos entre as décadas de 1990 e 2000. Parte-se da contextualização histórica dos programas de desenvolvimento da Amazônia, especialmente em Rondônia, evidenciando suas contradições socioeconômicas. Para alcançá-lo, faz-se uma análise dos autores: Saviani (2003); Maciel e Braga (2008); Maciel (2023), metodologicamente fundamentada no materialismo histórico-dialético (Marx, 1996, 2008; Netto, 2011). Os resultados indicam que a UNIR desempenhou papel fundamental na formação docente por meio dos Cursos Parcelados e do PROHACAP, ampliando o acesso ao ensino superior e promovendo impactos sociais, políticos e econômicos na região. Conclui-se que, apesar dos avanços, persistem desafios relacionados às desigualdades regionais e à descontinuidade das políticas públicas, o que reforça a necessidade de fortalecimento da universidade pública como agente de desenvolvimento social.

Palavras-chave: Universidade pública. Desenvolvimento regional. Formação de professores. Políticas educacionais.

Abstract: This article aims to analyze the contribution of the Federal University of Rondônia (UNIR) to regional development, with an emphasis on the training of lay teachers between the 1990s and 2000s. It begins with a historical contextualization of Amazonian development programs, especially in Rondônia, highlighting their socioeconomic contradictions. To achieve this, an analysis of the authors Saviani (2003), Maciel and Braga (2008), and Maciel (2023) is conducted, methodologically grounded in historical-dialectical materialism (Marx, 1996, 2008; Netto, 2011). The results indicate that UNIR played a fundamental role in teacher training through its Part-Time Courses and PROHACAP, expanding access to higher education and promoting social, political, and economic impacts in the region. It is concluded that, despite the progress, challenges related to regional inequalities and the discontinuity of public policies persist, reinforcing the need to strengthen the public university as an agent of social development.

Keywords: Public university. Regional development. Teacher training. Educational policies.

¹ Doutoranda no programa de Pós-Graduação em Educação na Amazônia PGEDA (UFPA/UFOPA/UNIR). Pesquisadora do Grupo de Pesquisa Centro Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação e Sustentabilidade – CIEPES/UNIR, Porto Velho, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6811789183540137>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7055-1153>. E-mail: elianeteixeira_25@hotmail.com

² Doutor em Ciências - Desenvolvimento Socioambiental, pela UFPA, professor do Departamento de Ciências da Sociais e do Mestrado Acadêmico em Educação da Universidade Federal de Rondônia e do Doutorado em Educação na Amazônia. Coordenador do Grupo de Pesquisa: Centro Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas em Educação e Sustentabilidade – CIEPES/UNIR, Porto Velho, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/8865923724231718>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0250-4213>. E-mail: acmaciel@unir.br

³ Doutor em Educação na Amazônia (UFOPA). Mestre em Educação (UNIR). Pesquisador do Grupo de Pesquisas Centro Interdisciplinar de Estudos e Pesquisa em Educação e Sustentabilidade – CIEPES-UNIR, Porto Velho, Brasil. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1327378890867180>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6053-195X> E-mail: frutuoso12@gmail.com

Introdução

O processo de ocupação e desenvolvimento da Amazônia, intensificado a partir da década de 1970, esteve diretamente vinculado às políticas estatais de integração nacional e expansão do capitalismo, materializadas em programas como o PIN, o POLAMAZÔNIA e o POLONOROESTE. Tais iniciativas promoveram profundas transformações na geopolítica da região, impulsionando fluxos migratórios, expansão da fronteira agrícola e reconfiguração das relações sociais e produtivas. Contudo, esse modelo de desenvolvimento, orientado pela lógica dos polos de crescimento, produziu intensas contradições, expressas na desigualdade regional, na exclusão social e na precarização das condições de vida das populações locais.

No estado de Rondônia, essas transformações ocorreram de forma acelerada, acompanhadas pela necessidade de estruturação de serviços básicos, entre eles a educação. A ampliação da população e a interiorização das atividades econômicas evidenciaram a carência de professores qualificados, sobretudo na educação básica, o que levou à atuação de docentes leigos em grande parte da rede pública de ensino. Nesse cenário, a expansão do ensino superior torna-se elemento estratégico para a formação de recursos humanos e para o atendimento das demandas sociais emergentes.

É nesse contexto que se insere a criação e consolidação da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), que passou a desempenhar papel central na formação de professores no estado, especialmente por meio de programas específicos voltados à qualificação de docentes em exercício, como os Cursos Parcelados e o Programa de Habilitação e Capacitação de Professores Leigos (PROHACAP). Essas iniciativas contribuíram significativamente para a elevação do nível de escolaridade dos professores e para a transformação das práticas pedagógicas, ainda que inseridas em um contexto marcado por limitações estruturais e descontinuidades nas políticas públicas.

Diante disso, o presente estudo tem como objetivo contextualizar historicamente a contribuição da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) na formação de professores leigos no estado de Rondônia, no período de 1990 a 2000, considerando as determinações econômicas, sociais e políticas que

conformam esse processo. Trata-se do recorte inicial de uma investigação em andamento, que busca compreender as relações entre desenvolvimento regional e educação na Amazônia.

Metodologia

Do ponto de vista metodológico, a pesquisa fundamenta-se na abordagem histórico-crítica, conforme Saviani (2003) e Maciel e Braga (2008), ancorada no materialismo histórico-dialético (Marx, 1996, 2008; Netto, 2011). Essa perspectiva possibilita analisar a realidade em sua totalidade, apreendendo as contradições que permeiam o desenvolvimento regional e o papel da universidade pública na formação docente e na transformação social.

Os programas de desenvolvimento em Rondônia, a partir de 1970

Os estudos sobre o desenvolvimento da Amazônia, a partir da década de 1970, contam com ampla bibliografia e distintas interpretações dos documentos normativos e descritivos do período. Entre os principais pesquisadores, destacam-se: sociólogos, como Ianni (1979; 1981) e Martins (1980); historiadores, como Perdigão e Bassegio (1992); e geógrafos, como Becker (2001) e Mello (2006) oferecem distintas leituras sobre o processo de colonização impulsionado nessa região.

Em sua análise interpretativa da literatura sobre a Amazônia, Maciel (2004, p. 29) afirma que “esses estudos são unânimes em reconhecer que esse é o processo mais intenso ocorrido durante as décadas de 70 e 80, mais precisamente entre 75 e 85, em todo o Brasil”. Na mesma linha, Frutuoso (2024, p. 20) ressalta que “estes pesquisadores, por diferentes lentes, apresentam nos seus estudos resultados do que foi o processo de ocupação desta região, bem como a sua natureza predatória”.

Na busca de atender aos interesses do grande capital, a Amazônia foi inserida no planejamento nacional de desenvolvimento econômico, na década de 1960, no governo militar, período marcado por crise econômica política e social (Becker, 2010; Ianni, 1979; 1981).

Esse contexto impulsionou a criação da primeira política oficialmente regulamentada para exploração econômica da região: a Superintendência para

Execução do Plano de Valorização Econômica da Amazônia (SPVEA), instituída pela Lei nº 1.806/53. Em 1966, diante da necessidade de delimitação da geopolítica, a SPVEA foi extinta e substituída pela Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), por meio da Lei nº 5.173/66. Nesse mesmo período, o Banco de Crédito foi transformado no Banco da Amazônia (BASA) e foi criada a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA). Essas ações foram representativas e consideradas as primeiras ações do projeto desenvolvimentista para implementação dos programas de ocupação da Amazônia a partir da década de 1970.

Dessa forma, o desenvolvimento econômico de Rondônia tem origem, em grande medida, nos programas implementados pelo governo federal, especialmente a partir da década de 1970, quando o estado ainda era um Território Federal e foi inserido na geopolítica da Amazônia.

Para compreender os efeitos da geopolítica da Amazônia e o desenvolvimento regional, é necessário analisar as principais estratégias adotadas no período investigado. Dentre elas, destacam-se o Programa de Integração Nacional (PIN), que atuou na distribuição e ocupação das terras; o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA), na extensão da agricultura das pequenas e médias propriedades; e o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE), que incentivou a ocupação por meio de construção de rodovias para escoamento da produção das grandes propriedades. Esses programas impactaram mudanças significativas na geopolítica da região e influenciaram diretamente o desenvolvimento econômico do estado de Rondônia a partir da década de 1970.

O programa de Integração Nacional (PIN) constitui a primeira grande iniciativa do governo federal, durante o regime militar, voltada à ocupação e desenvolvimento da Amazônia. Criado em 1970, por meio do Decreto nº 1.106/70, durante o governo do General Emílio Garrastazu Médici, o programa tinha como objetivo promover a integração das regiões Norte e Nordeste ao restante do país. Suas principais ações incluíram a construção das rodovias

Transamazônica e Cuiabá-Santarém, bem como a implementação de políticas de colonização e reforma agrária ao longo dessas vias (Mahar, 1978).

O financiamento do programa foi viabilizado por meio de incentivos fiscais, doações de empresas públicas e privadas, empréstimos de instituições nacionais e internacionais, além de recursos da União. Entre os anos de 1971 e 1974, o PIN priorizou obras de infraestrutura nas áreas de atuação da SUDAM e da SUDENE, com o objetivo de aliviar pressões demográficas do Nordeste e fomentar a ocupação da Amazônia (Brasil, 1970).

Nesse sentido, Mahar (1978, p. 31-32) observa que “[...] os assentamentos planejados e espontâneos ao longo da Transamazônica tenderiam tanto a aliviar as pressões populacionais e tensões sociais no Nordeste quanto, ao mesmo tempo, a promover a ocupação da Amazônia”.

Ainda que concebida como solução para as tensões sociais do Nordeste e como estratégia de integração nacional, seus impactos revelaram uma série de contradições. Conforme destaca Mahar (1978), o programa foi pautado por uma visão desenvolvimentista centrada na abertura de fronteiras agrícolas, desconsiderando as especificidades da região.

A ocupação acelerada ao longo da Transamazônica resultou em conflitos fundiários, desmatamento intensivo e desaparecimento das populações tradicionais. Ao privilegiar grandes obras de infraestrutura e a colonização dirigida, o governo federal estimulou uma ocupação predatória, marcada pela precariedade dos serviços públicos, pela ausência de planejamento urbano e pela degradação ambiental.

Na tentativa de aperfeiçoar a estratégia de ocupação e desenvolvimento da Amazônia, o governo instituiu, em 1974, o Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA). Criado pelo Decreto nº 74.60, teve o objetivo de promover o aproveitamento integrado das potencialidades agropecuárias, agroindustriais, florestais e minerais por meio da criação de polos de desenvolvimento em áreas prioritárias da região.

Nessa medida, os polos de desenvolvimento foram tecnicamente selecionados com base na fertilidade do solo, disponibilidade de recursos naturais e acesso a vias de comunicação, com vistas à consolidação da

ocupação territorial e a ampliação da inserção da Amazônia na economia nacional.

Executado a partir de 1975, o programa envolveu 83 órgãos, na realização de 612 projetos, subprojetos e atividades. As áreas prioritárias incluíram regiões, como Xingu-Araguaia, Carajá, Araguaia-Tocantins, Trombetas, Altamira, Pré-Amazônia Maranhense, Rondônia, Acre, Juruá Solimões, Roraima, Tapajós, Amapá, Juruena, Aripuanã e Marajó. As ações concentraram-se nos setores de agricultura, infraestrutura econômica, desenvolvimento urbano, demarcação indígena, regularização fundiária e apoio à pequena e média propriedade, com financiamento do PIN e do PROTERRA (Brasil, 1974; Mello, 2006).

Tal como explícito na base documental da SUDAN (2023, p. 7), as ações envolveram:

Agricultura que envolve pesquisas agropecuárias, armazenamento, abastecimento, regularização fundiária, colonização etc.; infraestrutura Econômica, atuando em Rodovias, aeroportos, portos e vias navegáveis, mineração; Desenvolvimento Urbano, que abrange abastecimento de água, sistema viário, esgotos sanitários, energia, drenagem pluvial, defesa contra erosão e cais de saneamento, etc.; Infraestrutura Social como: Saúde e saneamento, educação, trabalho; Atuando também em outras áreas como: Demarcação indígena, ecologia, industrialização, apoio à pequena e média empresa, apoio logístico.

Dessa forma, assim como o PIN, o POLAMAZÔNIA favoreceu, principalmente, empreendimentos privados e os proprietários de grandes propriedades, articulados a uma política econômica nacional baseada em privilégios estatais. Por outro lado, houve investimento de ambos os programas, para atrair força de trabalho qualificada para o trabalho na agricultura, contudo não favoreceu à permanência do camponês na pequena propriedade, tampouco houve atenção às populações tradicionais, muitas das quais foram extintas da região.

Como resultado, nos anos seguintes, as pequenas propriedades utilizadas para o cultivo permanente de produtos de subsídio familiar foram, aos poucos, sendo substituídas pela agropecuária e cultivo de soja, favorecendo, assim, o grande capital. Ott (2002, p. 95-96) argumenta que:

Ao privilegiar os grandes empreendimentos organizados conforme os ditames da modernidade, articulados à economia globalizada e

capazes de exercer um efetivo domínio sobre a natureza, ao mesmo tempo, estas políticas, planos e projetos deixaram as populações tradicionais amazônicas estacionadas em um crônico e secular processo de exclusão social, da mesma forma que não atingiram a arcaica estrutura política.

Na década de 1980, diante das limitações dos programas anteriores e da crescente pressão internacional por controle ambiental e respeito aos direitos das populações indígenas, o governo federal implementou o Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE), instituído pelo Decreto nº 86.029/81, durante o governo do General João Batista Figueiredo. Esse programa foi um dos primeiros projetos de desenvolvimento regional financiado com recursos do Banco Mundial.

O POLONOROESTE priorizou a reconstrução e pavimentação da rodovia BR-364 (trecho Cuiabá–Porto Velho), a implantação de assentamentos dirigidos, a regularização fundiária e a ampliação dos serviços sociais e de infraestrutura nas áreas rurais. Apesar de prever componentes ambientais e indígenas, a maior parte dos recursos foi destinada ao setor de transportes. O Art. 4º do decreto estabeleceu os seguintes objetivos do programa:

A reconstrução e a pavimentação da rodovia Cuiabá - Porto Velho, a construção e a consolidação da rede de estradas vicinais, a implantação e a consolidação de projetos integrados de colonização e assentamento dirigido, a execução de serviços de regularização fundiária, o apoio às atividades produtivas (pesquisa e experimento agrícolas, assistência técnica e extensão rural, crédito, armazenamento e comercialização), bem como a expansão dos serviços sociais (educação e saúde) e a melhoria na infra-estrutura de pequenas comunidades rurais; e a preservação do sistema ecológico e o apoio às comunidades indígenas (Brasil, 1981).

Além das obras de infraestrutura, o programa também estimulou projetos agropecuários, com destaque a médias e pequenas propriedades em Rondônia, viabilizadas por meio do zoneamento definido pelo Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia PLANAFLORO (1989). Esse plano dividiu o estado em seis zonas com diferentes finalidades de uso do solo, considerando critérios socioeconômicos e ecológicos.

A principal preocupação dos agentes do Banco Mundial e de organizações não governamentais internacionais dizia respeito aos riscos da construção de rodovia em um trecho de fronteira amazônica. Por esse motivo,

além do financiamento da infraestrutura viária, foram incluídos componentes voltados à proteção ambiental e ao apoio às comunidades indígenas. No entanto, esses componentes receberam valor inferior, evidenciando a prioridade concedida às obras rodoviárias.

A área de influência da ligação rodoviária Cuiabá-Porto Velho abrangeu o oeste e o noroeste do Estado de Mato Grosso (municípios de Cuiabá, Várzea Grande, Nossa Senhora do Livramento, Poconé, Cáceres, Mirassol d'Oeste, Barra do Bugres, Tangará da Serra, Vila Bela da Santíssima Trindade, a parte a Oeste do rio Roosevelt, no Município de Aripuanã) e o Território Federal de Rondônia (Brasil, 1981).

Dessa forma, vale mencionar que a infraestrutura de transporte em Rondônia até a década de 60 era limitada à ferrovia Estrada de Ferro Madeira Mamoré, ou ainda, via balsa ou avião. A construção da rodovia foi iniciada na década de 60, contudo o trecho que liga Porto Velho a Cuiabá foi pavimentado apenas no início da década de 80, por meio do programa, sendo esta a principal via de escoamento da produção agrícola que liga a região Norte e Centro-Oeste ao restante do país. A principal contribuição da construção e pavimentação da rodovia Cuiabá-Porto Velho foi a integração socioeconômica dos estados do Mato Grosso e Rondônia ao resto do país. A expectativa maior do POLONOROESTE em relação às terras de abrangência foi a possibilidade de expansão da produção agrícola, especialmente de café, cacau, arroz, milho e pecuária bovina.

Dessa forma, o POLONOROESTE contribuiu para o planejamento da iniciativa privada e desenvolvimento das Grandes propriedades, localizadas no estado do Mato Grosso; as pequenas propriedades desenvolveram-se a partir dos programas de colonização dirigida. Atualmente, nas áreas de abrangência do programa, que se localizam ao longo da BR 364, encontram-se as grandes propriedades, visíveis ao percorrer no trecho.

Nelas estão localizadas as grandes plantações de soja, maquinários agrícolas, e as propriedades estão relacionadas a empresas de grande potência econômica, localizadas em todas as regiões do país. Quanto às áreas indígenas e às terras protegidas, há uma árdua discussão política de reformaria agrária e

de movimentos sociais que não cabe mencionar aqui, em razão da especificidade do trabalho. A questão ambiental segue a mesma trilha desta. Os ambientalistas juntamente com as ONGs têm se ocupado a alertar sobre os problemas do desmatamento; no caso de Rondônia, tem causado efeitos alarmantes com as frequentes secas e enchentes.

Assim como os demais programas pioneiros, o POLONOROESTE continuou com a política de ocupação demográfica, por meio do processo migratório de força de trabalho de outras regiões. Apesar das negociações do governo federal com as ONGs e o Banco Mundial terem sido colocadas em pauta, as análises demonstram que a preocupação com o meio ambiente e invasões de terras protegidas não foram levadas em consideração.

As modificações das Leis Complementares (nº 0052/91; nº 0152/96; nº 0171/97 e nº 0233/2000) da Lei original (Decreto nº 3782), outorgado em 1988, representam bem o estado das discussões entre as forças das organizações ecológicas e as discordâncias entre os poderes legislativo e executivo, tal como é notório no preâmbulo da modificação dada pela Lei Complementar de 1997. A realização desses programas podem solucionar os problemas seguintes: continuidade do desmatamento em ritmo acelerado, com riscos ao equilíbrio ecológico da flora e fauna do estado; incremento da área de capoeiras, em decorrência do abandono de áreas utilizadas para cultivos anuais pela exaustão da fertilidade dos solos; comprometimento da ocupação agrícola da região pelo uso de tecnologia e culturas inadequadas; interrupção das pesquisas agrícolas em desenvolvimento, com prejuízos irreversíveis; conflitos com ocupações de terras, inclusive de áreas indígenas; continuação da poluição dos rios por garimpos e mineradoras (PANAFLORO, 1989).

Desse modo, a implantação do Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia (PLANAFLORO), no final dos anos de 1980, é resultado da força da mobilização da sociedade civil organizada, no movimento pela aprovação de uma política de proteção ambiental e redução do desmatamento.

O principal impacto desses programas foram a mudança da geopolítica da Amazônia e exploração da força de trabalho do grande capital para a exploração das riquezas da Amazônia. O desenvolvimento acelerado desses

programas resultou na extrema desigualdade regional e mobilização das frentes pioneiras para preservação da cultura local e povos regionais.

Desse modo, a extensão de terras e a variedade de riquezas distribuídas nas regiões amazônicas foram propícias para a implantação dos polos de crescimento e atendimento das demandas produtivas das regiões desenvolvidas industrialmente.

Disso, percebe-se as nuances do grande capital no planejamento regional para a Amazônia, de modo que o capitalismo operou de forma precisa na exploração de força de trabalho excedente para atender às demandas de produção das regiões mais desenvolvidas do país.

A implantação desses programas contribuiu para a mudança da geopolítica da Amazônia e intenso fluxo migratório de população advinda do centro-sul do país. Por essa razão, explica-se a enorme diversidade cultural entre os estados que compõem a Amazônia.

Dessa forma, o planejamento regional para a Amazônia correspondeu a necessidade de integrar a Amazônia ao mercado nacional e ao avanço da industrialização, motivo este que desencadeou a abertura da região, com a implantação das rodovias, Belém-Brasília e Brasília-Acre, duas grandes pinças que contornam a fímbria da floresta (Becker, 2001, p. 136-137).

A criação das agências, pelo governo, foram fundamentais para mudança da geopolítica da Amazônia e fortalecimento do estado; na análise de Ianni (1981, p. 132),

[...] a ditadura instalada no Brasil adotou principalmente duas políticas na Amazônia. Uma, de inspiração geopolítica, destinada a refazer e reforçar os laços da região com o conjunto do País, em especial o Centro Sul, econômica, política, militar e culturalmente dominante. Outra, de inspiração econômica, destinada a reabrir a Amazônia ao desenvolvimento extensivo do capitalismo.

A análise dos programas PIN, POLAMAZÔNIA e POLONOROESTE revela que a política de desenvolvimento da Amazônia, nas décadas de 1970 e 1980, esteve fortemente ancorada na lógica dos polos de crescimento proposta por François Perroux, para o qual o crescimento econômico se concentra em polos de desenvolvimento e se expande para outras regiões.

Essa concepção orientou o planejamento das políticas de desenvolvimento para a Amazônia, que identificou áreas estratégicas com potencial de desenvolvimento e concentração de expansão capitalista. Como destacam Ianni (1981) e Ott (2002), esse modelo privilegiou os grandes empreendimentos, a acumulação de capital e a integração subordinada da Amazônia à economia nacional, aprofundando as desigualdades sociais e regionais.

Assim, os impactos dos programas de desenvolvimento da Amazônia expressam a força do estado no desenvolvimento, diante dos interesses do grande capital.

O desenvolvimento de Rondônia a partir de 1970

A história do desenvolvimento econômico do estado de Rondônia se caracteriza em três fases distintas, em um mesmo período. A primeira fase do desenvolvimento de Rondônia se caracteriza com a formação de força de trabalho advinda do processo migratório de outras regiões. A segunda com a seleção das áreas de plantações que se deu por meio dos programas de Colonização Dirigida (PICs) e (PADs), de 1970 a 1978; e a terceira, com a transição das culturas permanentes pelo agronegócio, atual fase em que se encontra o estado. Maciel (2012, p. 134) destaca que

Rondônia era, até 1970, um Território completamente extrativista. Sua economia girava em torno de quatro produtos extrativos: borracha, castanha, ouro e cassiterita, cuja produção fora liderada pela borracha na década de 50 e pela cassiterita, na de 60, sem nenhuma representação mais significativa na área da agricultura e pecuária, o que, aliás, não diferia dos demais estados da Amazônia.

Esse contexto se modifica, a partir de 1970, com os incentivos dos programas de ocupação para a Amazônia das propagandas do governo federal para atrair imigrantes para a região, por meio de incentivo à ocupação das terras férteis. Já os privilégios dos incentivos fiscais, estabelecidos no programa, atraíram empresas nacionais e internacionais para atuar no desenvolvimento da agricultura, pecuária e extração de madeiras. Esses incentivos atenderam aos propósitos do governo federal, principalmente para abertura das regiões, preparação do solo e cultivo de plantações de café, cacau e arroz.

As ações governamentais contribuíram com rápido e extensivo crescimento populacional, situado às margens das rodovias, em pequenos aglomerados. O desenvolvimento da agricultura na região marca o desmatamento desordenado, por meio das derrubadas para o cultivo das plantações; surgimento de diversos problemas sociais, dentre eles o mais comum, a violência devido aos conflitos e invasões de terras ocupadas e enfrentamento da malária, doença comum nas regiões de floresta.

Com o objetivo de expandir o desenvolvimento das potencialidades econômicas do Estado e minimizar os problemas do desordenamento e os conflitos sociais, ocasionados pelo modelo de ocupação dos programas, coube ao governo federal, em parceria com o INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e Ministério da Agricultura, regularizar a posse da terra, por meio do cadastramento e recadastramento de imóveis rurais. “Essa atitude [...] concorreu para intensificar ainda mais o fluxo migratório na década de 1970, resultando na implantação do primeiro projeto de colonização denominado Ouro Preto, na Vila Rondônia” (Cunha; Moser, 2010, p. 20).

Em 19 de junho de 1970, surge, então, o primeiro Projeto Integrado de Colonização (PIC), em Rondônia, denominado de “Ouro Preto”, local de solo fértil, localizado às margens do igarapé Ouro Preto, na BR-364, distante 40 km da atual cidade de Ji-Paraná (IBGE, 2022). Devido ao intenso fluxo migratório, a área do projeto foi ampliada, o que se deu através da Portaria nº 1.620, de 20 de novembro de 1975, ficando essa nova área denominada PIC “Pe. Adolpho Rohl” (Cordeiro, 2015, p. 65).

A área escolhida pelo INCRA foi fundamental para a plantação de culturas permanentes, principal razão do sucesso migratório e ampliação da área. Sendo que “o projeto original teve como objetivo, assentar cerca de 500 famílias em lotes de 100 a 200 hectares, porém, até dezembro de 1982 foram assentadas mais de 5 mil famílias” (Cordeiro, 2015, p. 65). Essas 500 famílias, segundo Mesch (1984, p. 180), foram trazidas pela Calama S/A e largadas à própria sorte na vila de Rondônia, hoje cidade de Ji-Paraná.

O desenvolvimento da região de Ji-paraná ficou marcado pelos frequentes conflitos de terras entre posseiros e a Empresa Colonizadora Calama S/A. Mas

também da resistência dos camponeses, diante das pressões da colonizadora. Ao tratar sobre as memórias e resistências na região de Ji-Paraná, os autores Felzke *et al.* (2014, p. 1) relatam que: “A empresa utilizou-se de ameaças e violência para gerar medo entre os camponeses e fazê-los desistir dos lotes que ocuparam[...], os mesmos resistiram e se organizaram, através do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, para legitimar a ocupação da terra”.

Foi devido a isso que, segundo as autoras supracitadas, os conflitos e a resistência dos camponeses pressionaram o governo do então Território Federal de Rondônia e o INCRA a criarem um programa de regularização fundiária para posse de terras. Surge, então, o primeiro Núcleo Urbano de Apoio Rural (NUAR), Mirante da Serra, o qual deu origem ao município. Além deste, a implantação do PIC Ouro Preto do Oeste deu origem a outras cidades, como Ouro Preto do Oeste, Nova União, Teixeirópolis, Vale do Paraíso e Urupá.

Além dos projetos “Ouro Preto” e “Pe. Adolpho Rohl”, foram implantados, com o mesmo objetivo do primeiro, “Ji-Paraná”, “Paulo de Assis Ribeiro” e o “Sidney Girão”. Porém, os resultados do PIC Sidney Girão, segundo Mesch (1984, p. 182), se diferencia dos demais. O autor destaca que os PICs Ouro preto, Ji-Paraná, Paulo Assis Ribeiro e Adolpho Rohl se destacaram pela fertilidade dos solos, com destaque para a atividade agrícola de culturas permanentes, café e cacau. Assim, adverte que o mesmo não ocorreu com o PIC Sidney Girão, por apresentar solos pobres para a atividade agrícola, por isso a pecuária vem se desenvolvendo na região, com resultados compensadores, porém bem inferiores aos dos demais PICs (Mesch, 1984).

Quadro 1 – Projetos de Colonização em Rondônia (PICs), área de abrangência e quantidade de lotes distribuídos entre 1970/1978.

PROJETO	CRIAÇÃO	MUNICÍPIO(S)	ÁREA EM HA	LOTES
PIC Ouro Preto	1970	Ouro preto D'Oeste e Ji-Paraná	512.585	4.222
Sidney Girão	1971	Guajará-Mirim	60.000	635
Ji-Paraná	1972	Cacoal, Presidente Médici, Rolin de Moura, Pimenta Bueno e Espigão D'Oeste.	486.137	4.755

Paulo de Assis Ribeiro	1973	Colorado D'Oeste	293.5 80	3.533
Adolph Rohl	1975	Jaru	407.2 19	3.406
Burareiro	1974	Ariquemes	304.9 25	1.540
Marechal Dutra	1978	Ariquemes	490.1 78	4.675

Fonte: Mesch (1984).

A ocupação dirigida deu origem às principais cidades localizadas no trecho da BR-364; nelas estão concentradas as principais economias do estado, formada pelas grandes propriedades e empresas que dominam a economia local. Dessas cidades surgiram novos municípios, por isso, na representação geográfica, essas regiões são caracterizadas como *espinha de peixe*. Maciel (2004, p. 95) destaca que:

É no nível micro, todavia, que a concepção da teoria dos polos, no caso de Rondônia, se mostra extremamente engenhosa: acompanhando o eixo da BR-364, que corta o Estado de Sudeste a Noroeste, os PICs Gy-Paraná, Ouro Preto e Adolpho Rohl mais os PAD Burareiro e Marechal Dutra formam um continuum urbano de 300 Km, que originou as cidades mais desenvolvidas do Estado – pela ordem, Cacoal, Presidente Médici, Ji-Paraná, Ouro Preto d'Oeste, Jaru e Ariquemes. Essas cidades ficam no centro de cada projeto.

Um dos municípios criados pelo PIC Ji-Paraná foi o município de Cacoal, no ano de 1977. Os conhecimentos dos imigrantes dos estados das regiões Sul e Sudeste do país, sobre o cultivo do café, foram fundamentais para a lógica produtiva da cafeicultura. O município também é conhecido como a capital do café, dado sua representatividade de produção.

A pesquisa realizada por Santos (2017, p. 81) identificou em Rondônia a definição de quatro períodos relacionados à produção de café: sendo o primeiro de 1970 a 1990, caracterizado pela Formação socioespacial de Rondônia e territorialização do migrante; o segundo pela afirmação da cafeicultura rondoniense (1990 a 2001); o terceiro pela desaceleração da produção de café (2001 a 2010); e o quarto pela modernização e incremento técnico-científico à produção, a partir de 2010.

Dessa forma a colonização em Rondônia tem como principal característica o aproveitamento das potencialidades de desenvolvimento agromineral, em função da reserva de cassiterita e qualidade de suas terras para

a agricultura. Isso explica o sucesso dos projetos voltados para a agricultura, a partir da fundamentação teórica dos polos de crescimento.

A partir de 1974, foi iniciado o processo de implantação dos dois principais projetos de assentamentos da área de Ariquemes: o Burareiro e o Marechal Dutra. Conforme Maciel (2004, p. 20),

o Marechal Dutra se destinou somente aos pequenos, com área em torno de 100 ha. A área do Burareiro varia muito, mas gira em torno de 125 ha, para pequenos; 250 ha, para médios e, acima de 1000 até 2000 ha, para grandes; cujos lotes seriam vendidos por Licitação. No Burareiro, em uma área de 314.962,6023 ha foram assentadas 1.556 famílias, embora na proposta original constassem apenas 1.000 famílias. No Marechal, em uma área de 501.314,5760 ha foram assentadas 4.667 famílias.

O projeto está localizado no município de Ariquemes, a 200 km de Porto Velho, com via de acesso pela BR-364, 421 e RO-01. Para o desenvolvimento do projeto, em 1976, a ASTER passou a atuar na área e, em 11.07.79, instalou a CIBRAZEM com a construção de um armazém metálico para o armazenamento da produção dos dois projetos. Sobre o cultivo da área selecionada, Cordeiro (2022, p. 174-175) menciona que

o principal incentivo ao plantio no PAD Burareiro era a lavoura de cacau, enquanto no PAD Marechal Dutra plantava-se principalmente café. As terras tinham tamanhos diferenciados 250 hectares no caso do PAD Burareiro e 100 hectares no Marechal Dutra, além de um processo seletivo das famílias também distinto. O PAD Burareiro foi o quinto grande projeto de assentamento criado pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) e o primeiro projeto de assentamento dirigido no Território Federal de Rondônia na década de 1970.

No decorrer das décadas seguintes, foram implantados outros Projetos de Assentamento do INCRA na região de Ariquemes, oriundos de reforma Agrária do Estado. Nessa regionalidade, há várias discussões dos movimentos sociais sobre essas áreas, o que tem gerado vários conflitos entre fazendeiros e invasores das terras.

O Desenvolvimento no Ensino Superior de Rondônia

Dada a migração advinda do Centro-Sul, a formação universitária se torna uma necessidade aos recém-chegados à região, tanto que, entre os anos de 1973 e 1976, a Educação Superior no Território Federal de Rondônia chega

pelas parceiras, a Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS), em 1973, e a Universidade Federal do Pará (UFPA), em 1976 (Albuquerque; Maia, 2008).

Esse cenário se modifica com a criação do Centro de Ensino Superior de Rondônia, posteriormente renomeado Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR⁴. A UNIR passa a ter papel relevante na formação de nível Superior em Rondônia, em especial a de professores, o que possibilitou a criação de cursos de formação para professores leigos.

Primeiramente, foram criados os Cursos Parcelados, conforme Resolução nº 219/CONSEPE, de 13 de março de 1997, e, além disso, o PROHACAP, conforme a Resolução 303/CONSEPE, de 06 de julho de 1999.

De acordo com Pinto, Albuquerque e Neves (2018, p. 105) essa política buscou “qualificar os professores leigos, que estavam atuando na rede pública de ensino no estado e não possuíam habilitação para exercer o ofício docente”. Os cursos eram ofertados aos professores em período de férias letivas da rede pública, estratégia esta que possibilitou que os educadores trabalhassem em suas redes e participassem do curso.

Ainda sobre o Programa Parcelado, Pinto, Albuquerque e Neves (2018, p. 111) explicam que, embora houvessem dificuldades, “este programa permaneceu por quase uma década, apesar de possuir uma estrutura pequena, foi uma espécie de projeto piloto, deixando espaço para a implantação de um projeto maior, que abrangesse todo o estado de Rondônia”.

É nesse contexto que o maior programa de formação de professores leigos é gestado. O PROHACAP teve dimensão bem maior que os Cursos Parcelados e formou quase nove mil professores. Assim como nos Cursos Parcelados, a Universidade Federal de Rondônia trouxe importante contribuição na formação política, social e econômica do estado. Apesar das dificuldades de infraestrutura, típica da região amazônica, o programa possibilitou mudanças na prática do professorado.

Quanto à repercussão, o programa apontou para uma maior sustentabilidade social do professorado, pois, com a formação superior, o ganho

⁴ Foi criada, em 1982, pela Lei nº 7011, de 08 de julho, após a criação do Estado de Rondônia pela Lei Complementar nº 47, de 22 de dezembro de 1981.

dos professores teve aumento significativo; no campo social e cultural também houve mudanças, já que o conhecimento científico passou a ser mais valorizado. De acordo com sua pesquisa, Borges (2011, p. 340) conclui que:

Em resumo, há os respondentes que consideram que, além da formação pedagógica, houve contribuições sócio-políticas, ainda que essa atuação política seja tímida ou inibida. A formação política elevou-se em relação aos conhecimentos anteriores. Quanto às contribuições Filosóficas na formação desses professores, esses estão mais intrigados, mais participativos, são cidadãos mais reflexivos. Aderiram a uma atitude mais questionadora que a de antes.

Embora se possa afirmar que houve mudanças com essas políticas implantadas entre a década de 1990 a 2000, é preciso pontuar que a descontinuidade na política educacional brasileira e frequentes cortes na Universidade vêm mudando o cenário do Ensino Superior público no estado e permitindo um avanço sem precedentes das instituições privadas, o que, no estudo de Borges, pode ser questionado, já que a ação ativa do professorado por uma consistente formação política e pedagógica levaria ao fortalecimento do Ensino Superior Público. Mas, o que se tem observado é o seu oposto, e só um aprofundamento deste estudo poderá responder.

Inicialmente, a UNIR foi implantada na Capital de Rondônia, Porto Velho, com três cursos de Bacharelado (Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas), através de parceria com a Fundação Universidade Federal do Pará, incorporando a Fundação Centro de Ensino Superior de Rondônia. Euro Tourinho Filho foi o primeiro reitor da UNIR, nomeado, na época, pelo ministro da educação; havia sido, anteriormente, presidente da Fundacentro (Albuquerque; Maia, 2008).

A política de formação de professores, determinada na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96, favoreceu a consolidação de cursos universitários no recém-criado estado de Rondônia [...] “foi visível a adesão da universidade às orientações políticas das diretrizes do Ministério da Educação, mesmo as condições para o seu funcionamento não sendo as mais satisfatórias” (Borges, 2011, p. 45).

Sobre este momento, o Projeto de Desenvolvimento Institucional (UNIR, 2009, p. 4) relata:

O pioneirismo sempre traz muitos desafios, e na estruturação inicial da UNIR houve muitos problemas relativos à implantação de uma instituição de Ensino localizada na Amazônia e, particularmente, ao crescimento desordenado que caracterizou o recém-criado Estado de Rondônia, com uma taxa de migração de mais de 100% tornados na década de 80, o “Eldorado Brasileiro”.

A implantação do Ensino Superior em Rondônia, assim como nos demais estados amazônicos, foi influenciado pelo discurso liberal de educação para o desenvolvimento econômico do país. Nessa direção, a UNIR, na década de 1990, atendeu principalmente às demandas da política nacional de formação para professores, em especial ao Art. 62 da LDB 9394/96, que exigia a formação de professores para atuar na educação básica em nível superior.

Essa demanda impulsionou a criação de cursos e Programas para formação de professores. Fortalecendo, assim, o papel da Universidade na formação política, social e econômica. Todavia, essa política não permaneceu.

Quadro 1 – Campi da Universidade Federal de Rondônia (UNIR): ordem cronológica de criação e principais cursos ofertados.

Ano	Campus	Município	Principais cursos ofertados (históricos e consolidados)
1982	Campus José Ribeiro Filho (Sede)	Porto Velho	Administração, Ciências Contábeis, Ciências Econômicas, Pedagogia, História, Letras, Geografia, Matemática, Educação Física, Direito, Medicina, Enfermagem, Engenharias, entre outros
1988	Campus de Guajará-Mirim	Guajará-Mirim	Pedagogia, Letras, Ciências Sociais, Educação Intercultural Indígena
1988	Campus de Ji-Paraná	Ji-Paraná	Pedagogia, Letras, Matemática, Ciências Biológicas, Engenharia Ambiental
1988	Campus de Cacoal	Cacoal	Ciências Biológicas, Enfermagem, Educação Física
1988	Campus de Rolim de Moura	Rolim de Moura	Pedagogia, História, Ciências Sociais
1998	Campus de Vilhena	Vilhena	Administração, Ciências Contábeis, Jornalismo
2004/2007	Campus de Ariquemes	Ariquemes	Informática (primeiro curso regular), Pedagogia, Engenharia de Alimentos
2009	Campus de Presidente Médici	Presidente Médici	Engenharia de Pesca e Aquicultura

Fonte: UNIR.

No decorrer dos anos, as instituições de Ensino Superior Privado foram tomando o espaço da Universidade e fragilizando o desenvolvimento de Ciência

e Tecnologia no Estado. O resultado é o esvaziamento dos espaços da Universidade e cursos interrompidos.

De outro lado, percebe-se o crescimento das Instituições de Ensino Superior Privado, tanto no que diz respeito ao número de Cursos quanto ao número de matrículas. Este é um fator preocupante, principalmente pela localização geográfica do estado e extrema desigualdade social.

As tabelas abaixo demonstram o quantitativo de (IEs) no estado de Rondônia, a partir de um comparativo de demandas entre os anos de 2019 e 2023, bem como a análise quantitativa de cursos da rede pública e particular do Estado.

Tabela 1 – Caracterização no Ensino Superior em Rondônia (2023).

Ano	ES	Cursos	Ingressos	Matrículas	Concluintes
2019	71	1233	33.508	78.18 2	12.223
2020	81	1460	35190	79.03 3	10.692
2021	91	1675	37.953	82.15 0	12.959
2022	93	1959	45.037	85.48 5	11.622
2023	97	2152	46.143	87.68 6	12.305

Fonte: INEP / Censo da Educação Superior (2023).

Desse quantitativo de IES, o estado de Rondônia contempla apenas uma Universidade Pública (UNIR) e um Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), as demais instituições estão divididas administrativamente como instituições privadas com e sem fins lucrativos.

Tabela 2 – Matrículas cursos, UNIR (2019 - 2023).

Ano	Cursos	Ingressos	Matrículas	Concluintes
2019	67	2.750	9.415	1.080
2020	67	2.337	7.861	747
2021	65	2.369	7.478	707
2022	64	2.045	7.088	812
2023	65	2.312	7.502	900

Fonte: INEP / Censo da Educação Superior (2023).

Tabela 3 – Cursos, ingressos e concluintes IFRO (2019-2023).

Ano	Cursos	Ingressos	Matrículas	Concluintes
2019	30	1.110	3.130	192
2020	30	1.279	3.205	108
2021	32	4.086	5.995	212
2022	35	1.904	6.655	440
2023	36	2.183	5.728	810

Fonte: INEP / Censo da Educação Superior (2023).

Observa-se que, conforme apresentado nas tabelas 2, 3 e 4, a quantidade maior das matrículas dos cursos estão concentradas nas instituições de Ensino Superior privadas; juntando as duas instituições pública, o quantitativo de matrículas é alarmante. Dessa forma, explica-se o sucateamento da universidade e desistência cada vez mais dos alunos de frequentar a Universidade.

Todavia, o desenvolvimento de Ciência e Tecnologia está concentrado, em sua grande maioria, nas instituições públicas, pois a rede privada tem como principal objetivo a formação profissional e qualificada para corresponder às demandas do mercado; logicamente, o movimento não seria ao contrário. É nesse sentido que a Universidade Federal de Rondônia tem contribuído para o desenvolvimento econômico do estado de Rondônia, desde a sua implantação.

Considerações finais

Apesar da riqueza de estudos disponíveis, o desenvolvimento e a educação na Amazônia ainda se constituem como desafios para o pesquisador que busca evidenciar que os entraves educacionais da região vão além da diversidade cultural e dos distanciamentos geográficos. Esses desafios estão também profundamente ligados às desigualdades regionais e à luta de classes, historicamente refletidas nas políticas de desenvolvimento e ocupação implementadas a partir da década de 1970.

É inegável que a dedicação dos pesquisadores à diversidade educacional e às experiências vividas pelas comunidades Amazônicas tem contribuído para o desenvolvimento das pesquisas na região. Contudo, ainda é necessário

aprofundar o entendimento sobre a relação dessas desigualdades com os modelos de desenvolvimento econômico implementados na Amazônia a partir de 1970, bem como as possibilidades da universidade federal no desenvolvimento social.

Tendo em vista a problemática debatida, conclui-se que a formação de professores inicialmente no estado de Rondônia teve como instituição pioneira a UNIR. Os programas Parcelado e PROHACAP foram importantes, pois além de levar a formação Superior para o interior do estado, promoveu esta formação em serviço. O processo de implantação dos cursos de formação de professores no estado de Rondônia demonstra a responsabilidade do Estado no fortalecimento de políticas públicas, que apesar do avanço, ainda carece de investimentos. Rondônia ainda caminha a passos lentos quando o assunto é o acesso à instituição de ensino superior, sobretudo à universidade pública.

Referências

- ALBUQUERQUE, Eva da S.; MAIA, Moacyr B. R. **A trajetória do ensino superior em Rondônia**. Porto Velho, RO: EDUFRO, 2008.
- BRASIL. **Lei nº 1806/53**, de 6 de janeiro de 1953. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia, cria a Superintendência da sua execução e dá outras providências. Brasília, 1953. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-1806-6-janeiro-1953-367342-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em: 26 nov. 2024.
- BRASIL. **Lei nº 5173/66**, de 27 de outubro de 1966. Dispõe sobre o Plano de Valorização Econômica da Amazônia e cria a SUDAM. Brasília, 1966a. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5173-27-outubro-1966-358978-norma-pl.html>. Acesso em: 26 nov. 2024.
- BRASIL. **Decreto-lei nº 1.106**, de 16 de junho de 1970. Cria o Programa de Integração Nacional, altera a legislação do imposto de renda das pessoas jurídicas na parte referente a incentivos fiscais e dá outras providências. 1970a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1106.htm. Acesso em: 26 nov. 2024.
- BRASIL. **Decreto nº 74.607**, de 25 de setembro de 1974. Dispõe sobre a criação do Programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia (POLAMAZÔNIA). Brasília, 1974b. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/legislacao/federal/58079-dispue-sobre-a-cria-u-o-do-programa-de-polos-agropecu-arios-e-agrominerais-da-amaz%E2%80%A6>. Acesso em: 26 nov. 2024.

BRASIL. **Decreto nº 86.029**, de 27 de maio de 1981. Dispõe sobre a criação do Programa Integrado de Desenvolvimento do Noroeste do Brasil (POLONOROESTE). Brasília, 1981b. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Atos/decretos/1981/D86029.html. Acesso em: 24 nov. 2024.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (Lei nº 9.394/96). 1996. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 14 maio 2024.

BRASIL. Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001. Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências.

Diário Oficial da União. Brasília, DF: 2001. Disponível em:

https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10260.htm. Acesso em: 01 jan. 2023.

BECKER, Bertha K. Revisão das políticas de ocupação da Amazônia: é possível identificar modelos para projetar cenários? **Parcerias estratégicas**, v. 6, n. 12, p. 135-159, 2001. Disponível em:

http://seer.cgee.org.br/index.php/parcerias_estrategicas/article/viewFile/178/172. Acesso em: 02 dez. 2024.

BORGES, C. J. **Professores Leigos em Rondônia**: entre sonhos e oportunidades, a formação e a profissionalização docente – um estudo de caso – O PROHACAP. 2011. 471f. Tese (Doutorado em Educação Escolar) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Araraquara.

Disponível em: [https://repositorio.unesp.br/](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/101564/borges_cj_dr_arafcl.pdf?sequence=1&isAllowed=y)

[bitstream/handle/11449/101564/borges_cj_dr_arafcl.pdf?sequence=1&isAllowed=y](https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/101564/borges_cj_dr_arafcl.pdf?sequence=1&isAllowed=y). Acesso em: 13 maio 2022.

CORDEIRO, Manuela Souza Siqueira. Marechais e Burareiros: Projetos de colonização na Amazônia ocidental. **Textos & debates**. Boa vista, n. 25, p. 63-78, 2015. Disponível em:

<https://revista.ufrr.br/textosedebates/article/view/2776/1547>. Acesso em: 25 abr. 2025.

CORDEIRO, Manuela Souza Siqueira. Esparramar família: sentidos e pertencimentos na ocupação da Amazônia brasileira. **Etnográfica**. Lisboa, vol. 21, p. 627-638, 2018, DOI: <https://doi.org/10.4000/etnografica.5082>. Disponível em:

<https://journals.openedition.org/etnografica/5082?lang=pt#:~:text=cacau%2C%20enquanto%20no%20PAD%20Marechal%20Dutra%20plantava%2Dse,no%20caso%20do%20PAD%20Burareiro%20e%20100>. Acesso em: 25 abr. 2025.

FELZKE, Lediane F.; OLIVEIRA, Dalva. F.; PAULA, Jania M.; CARVALHO, Felipe R. Memória e resistência na migração para a Amazônia: o caso de Nova Londrina em Ji-Paraná, estado de Rondônia, Brasil. **Mundo agrário**, Universidad Nacional de La Plata. Facultad de Humanidades y Ciencias de la Educación. 2014. Disponível em: <https://www.mundoagrario.unlp.edu.ar/>.

Acesso em: 30 jun. 2025.

FRIGOTO, Gaudêncio. Os circuitos da história e o balanço da educação no Brasil na primeira década do século XXI. **Revista brasileira de educação**, v. 16, n. 46, p. 235-255, jan./abr 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/VJmZWSR66pkB3948p76yRVx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 abr. 2024.

FRUTUOSO, Claudinei. **Política educacional e ocupação socioeconômica em Rondônia**: Da escola multisseriada à escola polo em machadinho d'oeste. 2024. 224 f. Tese (Doutorado em Educação na Amazônia) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Santarém, 2004.

GOBIRA, Gilmar celestino; SOUZA, Isaque dos Santos. Dinâmicas econômicas e crescimento urbano de Ariquemes-RO. **Aracê**, v.7, n.3, p. 10601-10613. 2025. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/3670>. Acesso em: 30 jun. 2025.

GOMES, Eliane Teodoro. **A colonização em Rondônia (1970 e 1980)**: estudo da atual configuração fundiária da área do PIC Ji-Paraná. 139p. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2019.

IBGE. **Produto Interno Bruto – PIB/2022**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/explica/pib.php>. Acesso em: 05 jun. 2023.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Sinopse estatística da Educação Superior 2020**. Brasília, DF: INEP, 2023.

IANNI, Octavio. **Ditadura e Agricultura**: O desenvolvimento do capitalismo na Amazônia: 1964-1978: Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1979.

IANNI, Octavio. **A ditadura do grande capital**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1981.

KUENSER, Acácia Zeneida. **Educação e trabalho no Brasil**: o estado da questão. Brasília: INEP, 1987.

LEONTIEV, Alexei. N. **O desenvolvimento do psiquismo**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2004.

LIMA, Juocerlee Tavares Guadalupe Pereira de. **A cacauicultura no estado de Rondônia**: história, valor genético e contribuições para o desenvolvimento econômico. 2020.142 f. (Doutorado em desenvolvimento Regional e Meio ambiente) – Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho, 2020.

MACIEL, Antônio C. **Dinâmica do processo de ocupação sócio-econômica de Rondônia**: trajetórias e tendências de um modelo agropecuário na Amazônia. 2004. 332 f. Tese (Doutorado em Ciências Socioambientais) – Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém, 2004.

MACIEL, Antônio C.; BRAGA, Rute M. Politecnia e emancipação humana: uma metodologia para a formação histórico-crítica na universidade. In: AMARAL, Nair G. M.; BRASILEIRO, Tania S. A. (org.). **Formação docente e estratégias**

de integração universidade/escola nos cursos de licenciatura. São Carlos: Pedro & João; Porto Velho: EDUFRO, 2008.

MACIEL, Antônio C. Educação e desenvolvimento regional: as possibilidades da universidade na transição do fordismo para a sociedade digital. *In*: SOUSA, Andréia S. Q.; MACIEL, Antônio C.; BRASILEIRO, Tânia S. A. (org.). **Política educacional e formação de professores:** interfaces, modelos e desafios. São Carlos: Pedro & João; Porto Velho: EDUFRO, 2009.

MACIEL, Antônio C. A formação cultural da Amazônia e a ocupação econômica de Rondônia a partir de 1970: o último round da resistência cabocla. *In*: GOBBI, Marcia A.; NASCIMENTO, Maria Letícia B. P. (org.). **Educação e diversidade cultural:** desafios para os estudos da infância e da formação docente. Araraquara: Junqueira & Marin, 2012.

MACIEL, Antônio C. A incansável luta da escola pública contra o diabo às portas do inferno. **Educamazônia**, Manaus, ano 6, v. XI, n. 2, p. 74-106, jul./dez. 2013.

MACIEL, Antônio C. **O método histórico-crítico de produção acadêmica:** elementos didáticos para o trabalho pedagógico em sala de aula. Teresina-PI: Alumia Editorial, 2023. Disponível em: <https://ciepes.unir.br/noticia/exibir/28410>. Acesso em: 28 set. 2023.

MAHAR, Dennis J. **Desenvolvimento econômico da Amazônia:** uma análise das políticas governamentais. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1978.

MARTINS, José de Souza. **Expropriação & violência** (a questão política no campo). São Paulo: Hucitec, 1980.

MARX, Karl. **Crítica do Programa de Gotha.** São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, Karl. **The communist manifesto & selected wrhittings.** London: Macmillan Collector's Library, 2018.

MARX, Karl. **O Capital:** Volume I, Livro Primeiro, O processo de produção do capital,

Tomo 1 (Prefácios e Capítulos I a XII). São Paulo: Abril Cultural, 1983a. (Os Economistas).

MELLO, Neli A. de. **Políticas territoriais na Amazônia.** São Paulo: Annablume, 2006.

MESCH, José. **A gênese e a expansão capitalista em Rondônia:** as frentes de migração e formas de propriedade. 1984. 332 f. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Brasília. 1984.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx.** São Paulo: Expressão Popular, 2011.

OTT, Ari Miguel Teixeira. **Dos projetos de desenvolvimento, ao desenvolvimento dos projetos:** o planaflores em Rondônia. 2002. 271 f. Tese (Doutorado interdisciplinar em Ciências humanas) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2002.

ORSO, Paulino José. **Um espectro ronda a educação e a escola pública**. Uberlândia: Navegando, 2020.

PERDIGÃO, Francinete; BASSEGIO, Luiz. **Migrantes amazônicos: Rondônia, a trajetória da ilusão**. São Paulo: Loyola, 1992.

PINTO, Cristiane L. C.; ALBUQUERQUE, Marlos G.; NEVES, Lucinalva A. Das políticas públicas educacionais globais às locais: um movimento cíclico presente na construção histórica dos Cursos Parcelados e PROHACAP em Rondônia (1990-2000). **Revista da Sociedade Brasileira de Educação Matemática**, v. 15, p. 102-116, 2018. Disponível em:

<https://www.revistasbemsp.com.br/REMat-SP/article/view/103>. Acesso em: 29 abr. 2022.

RONDÔNIA. Governo do Estado. **POLONOROESTE**. Plano Agropecuário e Florestal de Rondônia. Porto Velho, 1989.

SAVIANI, Dermeval. O choque teórico da politecnia: trabalho, educação e saúde. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, v. 1, n. 1, p. 131-152, mar./ago., 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1981-77462003000100010>. Acesso em: 28 jul. 2019.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos mudanças e continuidades. **Revista Brasileira de educação**, v. 12, n. 34, p. 152-180, jan./abr. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/wBnPGNkvstzMTLYkmXdrkWP/#>. Acesso em: 30 ago. 2022.

SAVIANI, Dermeval. A expansão do ensino superior no Brasil: mudanças e continuidades. **Póiesis pedagógica**, v. 8, n. 2, p. 4-17, ago./dez. 2010. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/poiesis/article/view/14035>. Acesso em: 30 jun. 2023.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. rev. Campinas: Autores Associados, 2013.

SUDAM. Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia. **Sistematização da produção bibliográfica do programa de Pólos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia - POLAMAZÔNIA**. Belém: SUDAM, 2023. Disponível em:

<http://repositorio.sudam.gov.br:8080/sudam/biblioteca/catalogos-bibliograficos/catalogo-do-polamazonia.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2024.

Recebido em 30 de março de 2026.

Aceito em 4 de abril de 2026.